

QUEM CUIDA

TRANSFORMEM O FINANCIAMENTO DE
SERVIÇOS PÚBLICOS RESPONSIVOS AO GÊNERO!

SUMÁRIO EXPANDIDO 31 DE MARÇO



Sumário

1. INTRODUÇÃO: PORQUE OS TRABALHOS DOMÉSTICOS E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADOS SE AFIGURAM COMO ALGO CRÍTICO.....	04
2. DE QUE FORMA SERVIÇOS PÚBLICOS RESPONSIVOS AO GÊNERO PODEM REDUZIR A CARGA DE TRABALHO NÃO REMUNERADO.....	06
3. O IMPACTO DA NOVA CRISE DA DÍVIDA NOS GASTOS PÚBLICOS.....	13
4. O IMPACTO DO FMI NOS GASTOS PÚBLICOS.....	17
5. O IMPACTO POTENCIAL DAS REFORMAS TRIBUTÁRIAS PROGRESSIVAS.....	24
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	29
Notas finais.....	33

1. INTRODUÇÃO: PORQUE OS TRABALHOS DOMÉSTICOS E DE CUIDADOS NÃO REMUNERADOS SE AFIGURAM COMO ALGO CRÍTICO

Mulheres e garotas enfrentam múltiplas cargas de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados que acabam assumindo por conta de papéis patriarcais de gênero e também devido ao fracasso dos estados modernos em entregar serviços públicos responsivos ao gênero. Há um abismo cada vez maior em termos das práticas de desenvolvimento entre o compromisso retórico para com a igualdade de gênero e a realidade de um sistema econômico neoliberal que depende da carga desproporcional de trabalho doméstico e de cuidados suportados pelas mulheres. Quando os governos cortam ou fracassam em destinar os recursos adequados aos serviços públicos, são as mulheres que suportam em maior escala as responsabilidades que consomem tempo voltadas aos cuidados das famílias, das crianças, dos enfermos e dos idosos, e até mesmo a tarefas como a busca de água e combustível.

Infelizmente, são frequentemente fragmentados os esforços para pleitear os serviços básicos que poderiam fazer a diferença para os trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados. Diferentes setores pleiteiam uma maior fatia nos orçamentos nacionais, em vez de trabalharem juntos no enfrentamento das questões que envolvem o financiamento estratégico, e que poderia resultar em uma mudança sistemática para todos os serviços públicos. Tal mudança pode ser efetuada por meio de ações em três áreas. Primeiramente, por meio de ações para resistir à ideologia de austeridade e de economia contracionista neoliberal (conforme defendida pelo FMI e Banco Mundial), de modo a escalar os investimentos no setor público e em seus trabalhadores. Em segundo lugar, por meio de ações para enfrentar a nova crise da dívida que comprime as contas públicas. Em terceiro lugar, por meio de ações para a construção de sistemas tributários mais progressivos e responsivos ao gênero. Essa combinação de iniciativas poderia permitir uma mudança radical dos investimentos em serviços públicos responsivos ao gênero, reduzindo a carga de trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados suportada por mulheres, além de aumentar suas chances de ter um trabalho decente no setor público.

Surpreendentemente, **economistas tradicionais e ortodoxos dão pouca atenção** aos trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados – da mesma forma que ignoram em grande medida as fronteiras planetárias. O trabalho em cuidados não remunerado ainda não é levado em conta nos cálculos do PIB, a despeito do fato de que os economistas do sexo masculino (Meade and Stone) que propuseram essa medida em 1941 foram quase que imediatamente contestados por Phyllis Deane, uma economista membro de sua equipe, com base em sua análise das realidades do trabalho de cuidados não remunerado na África.¹

As economistas feministas argumentam que **os cuidados, e não o capital, deveriam estar no centro das preocupações.**² Os cuidados para com as pessoas e o planeta são fundamentais à sustentabilidade da vida e àquilo que a maioria das pessoas verdadeiramente valorizam. Porém, a visão da teoria econômica dominante se restringe ao capital e aos mercados, com enfoque no trabalho remunerado, ignorando os limites ambientais e o valor intrínseco dos cuidados. Isso faz com que as

mulheres e sua contribuição sejam em grande parte invisível para a economia, e ignora, também em grande parte, as bases da sobrevivência humana. Essa situação tende a se agravar ao longo dos próximos anos com a crise climática e o aumento do grau de dependência com os cuidados (seja devido às grandes populações de crianças e jovens na África ou às populações de idosos na Ásia, Europa e Américas). Urge repensar os sistemas econômicos para que estes contemplem integralmente o conceito, sentido e importância dos trabalhos de cuidados – e para que se reconheça os limites planetários – remodelando, para tanto, o conjunto das políticas sociais e públicas.

A OIT **define os trabalhos de cuidados não remunerados** como “o trabalho não remunerado desempenhado para a preservação do bem-estar, saúde e manutenção de outros indivíduos em uma família ou comunidade”³. O primeiro relatório da Assembleia Geral da ONU acerca do trabalho não remunerado, elaborado por Magdalena Sepulveda em 2013⁴, usou uma definição de trabalho de cuidados não remunerado que abrange “o trabalho doméstico (preparação de refeições, serviços de limpeza, lavagem de roupas, e de busca de água e combustível), além dos cuidados diretos a pessoas (incluindo crianças, idosos e portadores de incapacidades, bem como de adultos capazes) desempenhados em lares e comunidades”. Neste relatório, usamos a expressão ‘trabalho doméstico e de cuidados não remunerados’, que é atualmente utilizada pelas Nações Unidas.

As mulheres desempenham mais de três-quartos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados no mundo inteiro.⁵ Tal situação restringe o tempo disponível que as mulheres têm para o desempenho do trabalho decente, reivindicação dos seus direitos e defesa dos seus interesses. Em média, as mulheres gastam quatro horas e 25 minutos diariamente em trabalhos de cuidados não remunerados, em contraste com uma média de apenas uma hora e 23 minutos gasta por homens. Esse abismo tem mudado muito lentamente, em cerca de menos de um minuto por ano ao longo dos últimos 15 anos.⁶ Em 2019, a OIT estimou que, mantido o atual ritmo, serão necessários 209 anos para fechar a lacuna do tempo gasto em trabalhos de cuidado não remunerados. Em 2016, a ActionAid calculou que, ao longo de todo o tempo de vida, as mulheres gastam quatro anos a mais do que homens no desempenho dessas tarefas.⁷ Olhando para a questão de outra perspectiva, 16.4 bilhões de horas diárias são gastas com trabalho de cuidado não remunerado – o equivalente a 2 bilhões de pessoas trabalhando oito horas por dia sem qualquer remuneração. Caso esses serviços fossem valorizados com base na hora trabalhada do salário mínimo, atingiriam pelo menos o montante de 9% do PIB mundial, ou US\$ 1 trilhão de dólares.⁸

Em 2008, a economista feminista Diane Elson sugeriu o “**sistema dos 3 Rs**” – reconhecer, reduzir e redistribuir – como elemento-chave para o enfrentamento da parcela injusta do trabalho de cuidado suportada pelas mulheres.⁹ O terceiro R – redistribuir – constitui o foco específico deste relatório. Isso pode ser em parte alcançado por meio da transferência de responsabilidades das mulheres para os homens, porém é mais universalmente atingido por meio da distribuição das responsabilidades dos lares para o Estado com a prestação de serviços públicos.

Este relatório explora as conexões entre serviços públicos responsivos ao gênero e trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados. Como tal, oferece soluções práticas para se alcançar uma mudança radical no financiamento dos serviços públicos por meio de iniciativas incidentes sobre a dívida, austeridade e tributação. Serviços públicos com financiamento integral e responsivos ao gênero constituem fator-chave para a redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, bem como para a criação de oportunidades de trabalho decente para as mulheres.

2. DE QUE FORMA SERVIÇOS PÚBLICOS RESPONSIVOS AO GÊNERO PODEM REDUZIR A CARGA DE TRABALHO NÃO REMUNERADO

Existem obrigações claras por parte de todos os governos, acordadas em leis internacionais¹⁰, voltadas ao respeito, proteção e cumprimento dos direitos à educação, saúde e ao acesso à água potável. O fornecimento de serviços públicos de qualidade é fator-chave para o cumprimento dessas obrigações, além do seu enorme impacto sobre a carga de trabalhos domésticos e de cuidados assumida pelas mulheres. Ademais, tal medida permite que mulheres tenham acesso ao trabalho remunerado (inclusive no próprio setor público) e tenham uma participação ativa nas comunidades onde residem e na sociedade como um todo. O fracasso do Estado em fornecer cuidados à infância e educação pública de acesso universal obriga as mulheres a passar horas cuidando dos filhos. A falta de acesso adequado aos serviços de saúde se traduz na crença de que são as mulheres que devem cuidar dos enfermos, dos idosos e dos incapacitados em casa. A falta de água potável próxima às suas residências faz com que as mulheres passem horas indo e vindo buscar água.

Quando há cortes e restrições ao financiamento de serviços públicos, ocorre uma severa diminuição da capacidade do Estado em cumprir com suas obrigações em termos de direitos humanos, e com sua responsabilidade em cobrir as lacunas que quase invariavelmente afetam as mulheres, o que reforça as hierarquias e desigualdades de gênero. Frequentemente, são as mulheres que possuem menos recursos para suportar os maiores encargos – são elas que vivem em situação de pobreza, em áreas urbanas periféricas ou rurais, ou enfrentam discriminação baseada em raça, classe social, casta, capacidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade, por seu status de migrante, etc. Os fracassos históricos que se traduzem na falta de investimento em serviços públicos associados às funções de cuidado (como atenção à infância, funcionários para creches, enfermeiras) ou nos cortes nesses serviços também afetam as mulheres de maneira desproporcional, vez que estes constituem uma fonte-chave de trabalho decente.

2.1 Educação e Cuidados à Primeira Infância

Na maioria das pesquisas sobre o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, a atenção à infância destaca-se como um dos encargos que mais consomem tempo, e que afetam principalmente as mulheres jovens. A divisão de gênero no trabalho faz com que muitas mulheres nunca consigam trabalho remunerado, deixem o trabalho remunerado para cuidar dos filhos ou escolham um trabalho que permita acomodar as responsabilidades com os cuidados dos filhos. Isso empurra as mulheres para o trabalho mal remunerado, de baixa qualificação ou não sindicalizado – distante da definição da OIT de trabalho decente.¹¹ A prestação de cuidados à primeira infância e de educação pelo Estado pode ter um caráter transformador para as vidas das mulheres, permitindo que procurem empregos com melhor remuneração, invistam na própria educação ou nos seus próprios interesses. Enquanto a educação voltada à primeira infância (para crianças de quatro ou cinco anos de idade) vem ocupando lugar cada vez maior na agenda internacional, muito menos ênfase tem sido dada aos cuidados à primeira infância (de zero aos três anos de idade). Assegurar que as garotas permaneçam na escola

ao longo de todo o ensino básico tem sido uma prioridade por muitos anos e, muito embora ainda haja grandes desafios para a universalização das matrículas e da qualidade, o foco da política vem mudando em muitos países para a educação secundária. Quando as garotas completam a educação secundária, os efeitos podem ser transformadores, quebrando o ciclo intergeracional da carga de trabalho de cuidados ao reduzir, por exemplo, os índices de gravidez e casamento precoces.¹² Em situações de fechamento de escolas por longos períodos de tempo, por exemplo, devido ao Coronavírus, aumentam-se de forma dramática a carga de trabalho voltado aos cuidados que recai sobre as mulheres.¹³

Lamentavelmente, a prestação de serviços públicos na área do ensino tem sido insuficiente em todos os segmentos:

- A média mundial de acesso aos cuidados à primeira infância (de zero a três anos de idade) permanece em apenas 18%¹⁴, a maior parte fornecida por atores do setor privado desregulamentado, com muito poucos países com prestação universal nessa área.
- 150 milhões de crianças com idades entre três e cinco anos não têm acesso à educação pré-fundamental – metade das crianças do mundo nessa faixa etária. Nos países de baixa renda, apenas uma em cada cinco crianças estão matriculadas nesse segmento.¹⁵
- Atualmente, 64 milhões de crianças em idade compatível com a educação básica não se encontram matriculadas.¹⁶
- Outras 60 milhões de crianças com idades compatíveis com o primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental estão fora da escola.¹⁷
- Outras 137 milhões de crianças com idades compatíveis com o ensino médio estão fora da escola.

As privatizações apresentam novos desafios, especialmente para as mulheres e garotas mais pobres. Na maioria dos países, os níveis básico, fundamental e médio de ensino ainda são oferecidos predominantemente pelo setor público, embora sua oferta pelo setor privado seja maior nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos¹⁸, e tem havido esforços agressivos para estender as privatizações e parcerias público-privadas. A privatização do ensino tem se dado de forma mais acelerada no nível superior, e o ensino pré-fundamental permanece primordialmente no setor privado. Isso tem criado uma situação em que apenas aqueles que podem arcar com os custos da educação pré-fundamental podem recebe-la, muito embora seus benefícios fariam muito mais diferença às crianças pobres¹⁹ e às suas principais cuidadoras.

Existem **referências internacionais bem consolidadas para investimentos** em educação. Os governos se comprometeram a destinar 20% dos gastos públicos à educação²⁰, mas, atualmente, os países de baixa renda gastam em média 14,8%, e alguns países com os maiores desafios na área do ensino, como a Nigéria e o Paquistão, investem menos de 10% de suas receitas. Existem desafios específicos atinentes ao aumento do custeio ao ensino pré-fundamental, que sofre com a falta de investimentos por parte de governos e doadores. Os países precisariam investir cerca de 2% de seus PIBs para fornecerem acesso universal aos cuidados com a primeira infância, mas, atualmente, em média, menos de 0,1% do PIB é gasto nessas iniciativas.²¹

Legislação e mobilização para obtenção de cuidados da primeira infância no Brasil

No Brasil, o ensino pré-fundamental – inclusive creche e pré-escola – é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e deve ser ofertado às crianças de zero a cinco anos e às suas famílias. No entanto, em 2018, apenas um-terço das crianças brasileiras com idades entre zero e três anos se encontravam matriculadas em creches: e 6,7 milhões ainda não estavam cobertas pelo sistema.²² Uma boa notícia é que na favela de Heliópolis, em São Paulo, quase 99% das famílias que precisam colocar os filhos em creches têm vagas garantidas.²³ Essa realidade é em larga medida o resultado de um forte histórico de lutas da comunidade para a garantia do direito à educação. A combinação de uma legislação nacional e mobilização local parece ser necessária para se assegurar o direito aos cuidados da primeira infância! Mas os desafios continuam e o próximo foco da mobilização é para a defesa das creches contra os cortes advindos da política de austeridade fiscal do novo governo e para a garantia de uma maior proximidade das creches aos lares das crianças, períodos mais longos de atendimento e rotas de trânsito mais seguras.

2.2 A Saúde e os Direitos Sexuais e os Direitos Sexuais e Reprodutivos

Os cuidados com familiares enfermos e idosos são amplamente apontados como a maior parte da carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados suportada pelas mulheres. A revista científica *The Lancet* estima que a contribuição das mulheres com cuidados com a saúde equivale a quase 5% do PIB mundial – ou US\$ 3 trilhões à saúde global – mas quase metade não é remunerada ou reconhecida.²⁴ O trabalho não remunerado voltado à saúde varia de acordo com as famílias e localização, que vão desde os cuidados à saúde de crianças que sofrem de doenças recorrentes da infância facilmente evitáveis, aos cuidados de longo prazo a parentes idosos enfermos ou dependentes ou de pessoas com deficiência. A carga geral de trabalhos de cuidados que recai sobre as mulheres é significativamente reduzida quando existe um sistema de saúde pública forte, com mais médicos e enfermeiras, equipamentos adequados e de boa qualidade, bons serviços de saúde sexual e reprodutiva, programas de imunização eficientes, medicamentos a preços acessíveis, além de postos de saúde e leitos hospitalares em locais mais acessíveis. Os empregos no setor de saúde são também fundamentais para a oferta de trabalho remunerado às mulheres – vez que dois-terços dos postos de trabalho no setor de saúde no mundo inteiro são ocupados por mulheres – embora com bastante frequência elas se concentrem na linha de frente com baixa remuneração e péssimas condições de trabalho.²⁵

A despeito das ambiciosas Metas de Desenvolvimento Sustentável para a saúde²⁶ promotoras da cobertura universal à saúde, existem **deficiências crônicas na atual prestação de serviços na área da saúde**, expostas de forma dramática pelo Coronavírus, o que cria uma situação de perpetuação da carga de trabalhos não remunerados suportada pelas mulheres.

- Todos os anos, 200 milhões de mulheres deixam de ter atendidas suas demandas por métodos de contracepção moderna e 25 milhões têm abortos inseguros.²⁷
- Na África Subsaariana, 56% de todos os óbitos estavam relacionados a contágios e a condições maternas, perinatais e nutricionais.²⁸

- Em 2018, no mundo inteiro, 22% das crianças apresentavam desenvolvimento incompatível com a idade devido à subnutrição – o que corresponde a 149 milhões de crianças (uma em cada três crianças na África Subsaariana).²⁹
- A quantidade de médicos por 100.000 habitantes varia enormemente de país para país – desde uma ponta, com 591 em Cuba e 337 na Alemanha, à outra, com 12 em Zâmbia, oito em Uganda e apenas dois na Tanzânia.³⁰

O consenso cada vez maior acerca da necessidade de se prover cobertura universal à saúde vem de encontro às **ameaças crescentes surgidas com as privatizações**. A ONU observou que a “privatização dos serviços de saúde sem as garantias de acesso a todos restringiu o acesso a esses serviços pelas mulheres e jogou sobre seus ombros também as responsabilidades com cuidados dispensados a familiares doentes. Isso as deixa com menos tempo para cuidarem de si mesmas e para buscarem oportunidades de educação ou trabalho a fim de melhorar seu padrão de vida.”³¹

Nigéria: condições insalubres nos postos de saúde

Em 2019, a ActionAid Nigéria conduziu uma pesquisa qualitativa nas regiões norte, central e sul do país. O estudo revelou postos de saúde afetados por grave falta de cuidados e manutenção, com estruturas colapsadas e sem contar com equipamentos médicos básicos, como balanças e termômetros. Fizemos registros de mulheres em trabalho de parto à espera em filas para darem à luz, o que, por vezes, ocorria enquanto estavam deitadas no chão sem qualquer proteção. Em Lelyi Gwari, onde existem leitos disponíveis graças a um projeto de cuidados à saúde financiado por doadores, não havia água encanada. A única fonte de água era um lago localizado a alguma distância do posto de saúde. Os membros das famílias dos pacientes tinham que trazer baldes d’água desse lago para uso dos funcionários do posto. Os instrumentos eram utilizados sem esterilização e cada balde d’água era usado para realizar dois partos.³²

As estatísticas sobre o **financiamento à saúde** mostram variações substanciais:

- Em média, os países ricos gastam cerca de \$2,000 por pessoa em ações de saúde, mas os países mais pobres gastam menos de \$30 por pessoa.³³ A OMS declara de forma inequívoca que o aumento dos gastos públicos é fundamental para o avanço na cobertura universal à saúde.³⁴
- Enquanto os países ricos gastam uma parcela cada vez maior dos orçamentos nacionais em saúde (atualmente, alcançando 14,9%), **os países de baixa renda estão, na verdade, reduzindo seus gastos em saúde – que passaram de 7,9% em 2000 para 6,8% em 2017.**³⁵

Há claramente uma necessidade desesperadora de novos e importantes investimentos na saúde em países de baixa renda, na falta dos quais a carga do trabalho com atenção à saúde, inclusive com os cuidados de longo prazo dispensado aos idosos, recai com frequência em lares, com efeitos catastróficos para aqueles que não conseguem arcar com os gastos. O aumento dos investimentos em saúde também tem o potencial de criar milhões de postos de trabalho decentes, particularmente para as mulheres.

2.3 Água e Saneamento

Para dezenas de milhões de mulheres e garotas, buscar água é um ritual diário cansativo e que consome muito tempo. Nas áreas rurais, busca-se água tanto para uso doméstico quanto para o trabalho agrícola, e isso pode consumir horas diárias, com várias viagens carregando volumes d'água que pesam absurdamente. Nas áreas urbanas, há diferentes desafios, frequentemente com longas filas em bombas d'água manuais comunitárias ou em caminhões-pipa – com preços que não param de subir. Sistemas inadequados de drenagem e esgotamento, particularmente em áreas urbanas, são uma das maiores causas de adoecimento, o que exacerba de outras formas as funções de cuidado desempenhadas por mulheres. No mundo inteiro, buscar água é tarefa que recai sobre as mulheres em oito em cada dez lares que não contam com o fornecimento de água encanada. A Oxfam revelou que nas Filipinas, Zimbábue e Uganda, as mulheres que têm acesso ao fornecimento de água gastam por dia de 1 a 4 horas menos em atividades de cuidado.³⁶

A Meta 6 de Desenvolvimento Sustentável obriga os países a “garantir a todos a disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento até 2030”, com oito metas distintas, que vão desde o acesso à água, passando pelo incremento de sua qualidade, até melhor saneamento e higiene. Na prática, existem hoje muitas lacunas em termos do fornecimento de água, saneamento e higiene:

- Mais de 30% das pessoas não têm acesso à água tratada e segura.³⁷
- Mais de 60% das pessoas no mundo todo não têm acesso a sistemas sanitários seguros.³⁸

Existem, naturalmente, enormes desigualdades, tanto nos países quanto entre eles, com metade das pessoas bebendo água de fontes sem tratamento na África Subsaariana e 80% delas vivendo em áreas rurais. As projeções sugerem que, com a crise climática, haverá um aumento nos próximos anos do número de pessoas que enfrentam grave escassez de água e estresse hídrico.³⁹

Ao longo dos últimos trinta anos, muitos governos optaram por privatizar o fornecimento de água, o que tem limitado a expansão do fornecimento desse bem, particularmente em áreas rurais onde as companhias se esforçam para manter as margens de lucro (os custos para montagem dos sistemas são altos demais e as populações são pobres demais para suportá-los). No entanto, há uma forte mobilização para resistir à **privatização da água**, com muitos esforços bem-sucedidos em fazer com que seu fornecimento seja novamente assumido pelas esferas de governo – normalmente referidos como “remunicipalização”. **Ao longo dos últimos 15 anos, houve pelo menos 267 casos de remunicipalização da água em 37 países, impactando nas vidas de mais de 100 milhões de pessoas.**⁴⁰

Em termos das fontes do financiamento para o fornecimento de água e saneamento, há uma maior dependência do capital de investimento do que dos custos recorrentes, mas existem algumas estatísticas alarmantes:

- Os gastos médios dos governos com o fornecimento de água potável é de \$19 por pessoa, o que representa menos de um-terço de todos os gastos com água, e significa que os lares é que têm que suportar a maior parte dos custos.⁴¹
- Há variações significativas nos gastos per capita com o fornecimento de serviços de água, saneamento e saúde – que vão de \$ 152 na África do Sul a \$ 52 em Gana, passando por \$

12 no Quênia até apenas \$5 em Bangladesh e Paquistão.⁴²

- Os gastos governamentais com serviços de água, saneamento e saúde, em termos percentuais do PIB, vão de 3,7% em Gana a 2,6% na África do Sul, 1,3% no Brasil, alcançando apenas 0,9% no Quênia e 0,4% em Bangladesh.
- A OMS estima que são necessários 50 litros de água por dia para o uso com saúde, higiene e necessidades domésticas. Os consumidores do Reino Unido gastam apenas \$0,09 com água encanada – mas um residente de Acra, em Gana, gasta \$0,54 para ter água de um caminhão-pipa, e o da Papua Nova Guiné gasta \$2,22.⁴³
- 80% dos países relatam falta do financiamento público necessário para o atingimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável em água, saneamento e saúde.⁴⁴

Há uma clara necessidade de uma mudança radical no custeio dos serviços de água para se alcançar as Metas de Desenvolvimento Sustentável

2.4 Rumo a um Quadro Comum de Serviços Públicos Responsivos ao Gênero

Este relatório não tem como abordar todos os serviços públicos que podem impactar no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado desempenhado por mulheres. As áreas de energia, agricultura e transporte público também merecem atenção (e são abordadas brevemente no relatório principal) –, da mesma forma que os investimentos em proteção social. No entanto, já é possível vislumbrar algumas tendências e fios condutores comuns que perpassam os serviços públicos:

- Em locais onde a prestação de serviços públicos é ineficiente ou não responsiva ao gênero, há um aumento da carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerada suportada pelas mulheres.
- Foram estabelecidas metas ambiciosas, mais recentemente pelas Metas de Desenvolvimento Sustentável, a fim de universalizar o acesso aos serviços de forma igualitária, mas estas estão longe de serem atingidas, devido a um estado de crônica falta de financiamento.
- Há em curso uma onda crescente de privatizações⁴⁵ que ameaça agravar o já limitado acesso pelas mulheres a esses serviços (quando há majoração de custos dos serviços, as mulheres e garotas são geralmente as primeiras a serem excluídas).
- Diferentes serviços públicos geralmente competem entre si – como se a única forma de se conseguir mais dinheiro para um serviço fosse tirar recursos de outro.

A Public Services International (uma federação global que representa mais de 30 milhões de trabalhadores do setor público) tem defendido fortemente a promoção dos direitos das mulheres por meio de Serviços Públicos Responsivos ao Gênero adequadamente financiados.⁴⁶ A ActionAid ratifica esse pleito ao elaborar uma abordagem aos Serviços Públicos Responsivos ao Gênero⁴⁷ com quatro pilares. Os serviços devem ser:

1. Financiamento público (abordando os 4 Ss)

- Com a **Cota** justa de receitas para serviços-chave
- Com uma boa Parcela do orçamento total (uma base de tributação progressiva / políticas macroeconômicas)
- Com **Sensibilidade** às dotações orçamentárias (movidas por um foco na equidade)
- Com **Escrutínio** eficaz dos gastos (de modo que os recursos cheguem e sejam bem usados)

2. Com prestação pública e universal

- Verdadeiramente confiável e transparente
- Descentralizado – mas com um forte centro de redistribuição
- Não privatizado ou comercializável

3. Com igualdade de gênero e inclusivo

- Livre de discriminação e sexismo
- Seguro para todos os usuários
- Desenvolvido e monitorado por meio de processos participativos e inclusivos

4. Qualidade alinhada aos marcos de direitos humanos (abordando os 4 As)

- Acessível, Disponível, Adaptável, Aceitável

O enfoque deste relatório é nas questões críticas que afetam o financiamento de todos os serviços públicos responsivos ao gênero. Este revela que as ações para lidar com a dívida, a austeridade e a justiça tributária serão fundamentais na liberação de recursos para o aumento significativo dos investimentos em serviços públicos responsivos ao gênero. Isso é fundamental para uma redistribuição transformativa da carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerada suportada pelas mulheres.

3. O IMPACTO DA NOVA CRISE DA DÍVIDA NOS GASTOS PÚBLICOS

Como um governo pode aumentar os gastos com serviços públicos responsivos ao gênero quando um percentual significativo da receita se esvai nos pagamentos das dívidas? Essa é a realidade enfrentada por um número crescente de países à medida que enfrentamos uma nova crise fiscal mundial.

A dívida é uma ferramenta crucial para os governos. Os dos países em desenvolvimento não são exceção. Os governos precisam tomar recursos emprestados para estimular o desenvolvimento e, particularmente, os dos países em desenvolvimento precisam tomar emprestado para investirem na melhoria dos serviços públicos. Porém, no caso das dívidas, é bastante verdadeiro que todo o excesso pode ser perigoso, porque foram as crises fiscais dos anos oitenta e noventa que forçaram os países a aceitarem os programas de austeridade do FMI, que minaram o desenvolvimento em toda a África, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe, com muitos países que ainda não se recuperaram. Agora, há uma preocupação crescente, inclusive por parte do FMI, e com maior ênfase da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, acerca da iminência de uma nova crise fiscal nos países em desenvolvimento.⁴⁸

“**Crise fiscal**” é uma expressão conhecida nos países em desenvolvimento. A partir do final da década de setenta, o peso da dívida afundou os países em toda a América Latina, Ásia e África em décadas de recessão econômica e regressão social. Em finais da década de noventa, os países estavam gastando demais – cerca de 16% de sua receita em 1988 – em pagamentos da dívida externa. A dívida foi identificada como o principal gargalo a dificultar o uso dos recursos necessários para investimento em serviços públicos. Ademais, as condições impostas pelo FMI agravavam essa preocupação. Uma campanha da sociedade civil conhecida como Jubileu 2000 se formou em meados da década de noventa e conseguiu vitórias ao fazer com que o FMI e o Banco Mundial instituísem programas de alívio fiscal. Primeiramente, surgiu a iniciativa dos Países Pobres Fortemente Endividados (HIPC) em finais da década de noventa e, mais tarde, EM 2005, a Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida (MDRI). Em 2006, muitos países já haviam reduzido significativamente o peso da dívida e, graças aos preços crescentes das commodities, a média dos pagamentos alcançaram apenas 5,4% das receitas dos governos em 2011⁴⁹.

Contudo, a parcela das receitas dos governos gasta com pagamento da dívida subiu de forma acentuada nos últimos anos. Em 2019, o grupo Campanha do Jubileu da Dívida (JDC), baseado no Reino Unido, revelou que os pagamentos da dívida externa pelos países em desenvolvimento haviam crescido 85% entre 2010 e 2018, passando de 6,6% da receita governamental para 12,2%.⁵⁰ Porém, isso não se dá de maneira uniforme e, atualmente, **21 países gastam mais de 20% da receita governamental em serviços da dívida, com Angola e Gana com gastos que superam 55%**. O último Monitor Global da Dívida Soberana determinou que 122 dos 154 países analisados deveriam ser considerados “severamente endividados.”⁵¹

Causas da Nova Crise da Dívida

Não há apenas uma razão responsável pelo novo aumento tão repentino da dívida, mas algumas das forças são semelhantes às aquelas que havia no passado: o legado do colonialismo, os acordos de comércio sob as regras da OMC, forçando uma queda abrupta dos preços das commodities, os desafios em aumentar ainda mais a arrecadação fiscal, as condições e recomendações do FMI, a proliferação das parcerias público-privadas (PPPs), que fizeram aumentar os riscos assumidos pelos governos, a redução das ajudas oficiais e o aumento dos desastres naturais devido à emergência climática. No entanto, alguns fatores são novos: as taxas de juros historicamente baixas dos países desenvolvidos tornaram mais atraente emprestar aos países em desenvolvimento a taxas mais altas, fazendo com que os credores empurrassem os empréstimos nos governos e os governos encontrassem compradores para as emissões de bônus (Eurobonds). Hoje, a maior parte da dívida que os países em desenvolvimento devem tem a China e os investidores privados como credores, o que torna mais complexa a solução da nova crise da dívida.

Esta nova crise da dívida está impactando os gastos públicos nos países em desenvolvimento e, por via de consequência, impactando nos trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados desempenhados por mulheres. Juntamente com o Jubileu da Dívida, examinamos 60 países de renda média e baixa, investigando os países que excederam o ponto intermediário daquilo que o FMI chamaria de risco “moderado” da dívida⁵², que calculamos como países que gastam mais de 13% de suas receitas em pagamentos do serviço da dívida. Nos 30 países (metade do total) com os maiores pagamentos da dívida (mais de 13% da receita governamental) – o gasto público real por pessoa (considerando a inflação) caiu 6% entre 2015 e 2018. Nos 30 países com pagamentos da dívida abaixo de 13% da receita governamental, o gasto público por pessoa cresceu 14%.⁵³ Isso deixa bastante evidente que o maior gasto em pagamento da dívida significa menores gastos com serviços públicos e, por sua vez, implica a perpetuação, ou mesmo agravamento, da exploração do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado a cargo das mulheres para preencher as lacunas em termos de oferta de serviços públicos.

A fim de explorar um pouco mais a questão, analisamos os gastos projetados dos países com o serviço da dívida em 2019 em termos percentuais da quantia projetada a ser gasta em saúde e educação. Nossa análise revelou que vários países (Congo-Brazavile, Gâmbia, Gana, Quênia, Zâmbia e Serra Leoa) gastam mais com os serviços da dívida do que o montante combinado dos gastos com saúde e educação, e muitos outros países gastam o equivalente a mais da metade do orçamento total para saúde e educação apenas para pagamento de suas dívidas. Isso é algo claramente insustentável.

País	2019 Serviço da Dívida em % Gastos em Saúde/Educação	País	2019 Serviço da Dívida em % Gastos em Saúde e Educação
Congo-B'ville	220%	Togo	56%
Gana	161%	Centrafrique	55%
Gâmbia	146%	Libéria	51%
Quênia	129%	Uganda	43%
Zâmbia	111%	Haiti	40%
Serra Leoa	108%	Mali	35%
Bangladesh	86%	Etiópia	33%
Malawi	80%	Madagascar	32%
Moçambique	76%	Burkina Faso	29%
Benin	67%	Niger	24%
Tanzania	57%	Nepal	21%
Ruanda	62%	Afeganistão	10%
Senegal	57%		

Fontes: JDC e ActionAid, com base nos dados do FMI/BM

Finalmente, estimamos o montante extra de dinheiro que os países teriam disponível para acrescentar às suas receitas totais para gastos com serviços públicos (inclusive com saúde, educação, água e outros) em 2019, caso os pagamentos em serviços da dívida tivessem sido reduzidos ao limiar aceitável de 12% das receitas governamentais (em países que gastaram mais do que isso em 2019). Descobrimos que, por exemplo, **Bangladesh e Gana teriam cada mais de \$ 5 bilhões por ano para investir em serviços públicos, e o Quênia teria tido mais de \$ 4 bilhões por ano em receita extra.** Essas somas seriam transformadoras se investidas em serviços públicos.

Claramente, algo deve ser feito para enfrentar a nova crise da dívida, mas parece haver pouca ou nenhuma vontade por parte da “comunidade internacional”, inclusive do FMI, em lançar uma nova rodada de alívio da dívida. Foram necessários mais de vinte anos entre o amplo reconhecimento da última crise da dívida para que alguma medida significativa fosse tomada em socorro dos países em desenvolvimento. Não podemos admitir mais “décadas perdidas” para o desenvolvimento.

O que essa receita poderia significar para os serviços públicos responsivos ao gênero

Em **Bangladesh**, atualmente, os gastos com pagamentos do serviço da dívida atingem 29% das receitas governamentais, o que equivale a 86% das receitas combinadas destinadas à saúde e educação. Caso seja renegociada para não exceder 12%, tal medida geraria mais \$5,5 bilhões para gastos em serviços públicos. Isso poderia pagar os salários médios de mais de 60.000 médicos ou 115.000 enfermeiras (com base na média salarial paga).⁵⁴

Gana possui um dos mais elevados custos do serviço da dívida no mundo, que atinge 59% do PIB. Se esses números do serviço da dívida fossem reduzidos a 12%, Gana poderia pagar os salários anuais de 200.000 parteiras com treinamento integral.

O Quênia possui custos dos serviços da dívida muito elevados, de cerca de 36% do PIB em 2019, de modo que o montante gasto com pagamentos do serviço da dívida corresponde ao total dos gastos combinados com educação e saúde. Se esses números fossem reduzidos para 12%, o Quênia teria mais \$4,4 bilhões disponíveis para gastos com serviços públicos. Apenas um-quarto desse valor poderia pagar os salários de 96.345 professores, tão urgentemente necessários para atuar nos níveis primário e secundário da educação.⁵⁵⁵⁶

Caminhos para se avançar na questão da dívida

Há janelas de esperança com relação à dívida. O reconhecimento da “dívida climática”, causado pelo aumento da ocorrência de desastres naturais, abriu uma discussão sobre um novo mecanismo de financiamento automático, inclusive para o alívio da dívida, que passou a integrar o Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre Perdas e Danos, como parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.⁵⁷ Tem havido uma mobilização cada vez maior para se reformular os processos de contratação da dívida a fim de evitar crises futuras (buscando-se inspiração, por exemplo, na Carta para Financiamento Responsável da Eurodad⁵⁸). A demanda por iniciativas nesse sentido pode perder suporte rapidamente se países altamente endividados fizerem ameaças críveis de repúdio à dívida ou default nos contratos – que é a única forma de barganha de que muitos países dispõem. Uma solução mais realista pode estar nos processos voltados à reprogramação dos cronogramas de pagamento das dívidas. A Eurodad tem feito um trabalho inspirador no sentido de estabelecer o que seria um “mecanismo de solução para a dívida”. De qualquer forma, tornou-se claro hoje, como ficou evidente na última crise da dívida, que já é hora de agir e repensar a nova crise da dívida a fim de evitar crises semelhantes no futuro.

4. O IMPACTO DO FMI NOS GASTOS PÚBLICOS

O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem sido por muito tempo uma das **maiores forças que ditam o formato das políticas econômicas** seguidas pelos países em desenvolvimento (e por muitos países emergentes e desenvolvidos). Tais políticas impactam profundamente nos recursos disponíveis para investimentos em serviços públicos responsivos ao gênero. Fundado em 1944 como instituição multilateral, o FMI tinha em seus primórdios uma missão mais restrita de monitoramento da valorização das moedas dos países-membros. A instituição assumiu um importante papel de modelagem das políticas econômicas mais abrangentes dos países a partir da década de setenta, quando começou a fornecer aos países fortemente endividados o que passou a ser conhecido como “resgates”. Empréstimos de resgate foram usados por governos para quitação dos credores, e eram acompanhados por condições rigorosas conhecidas como programas de austeridade ou programas de ajuste estrutural (SAPs), de acordo com o léxico outrora usado pelo FMI. A não aderência às condições do FMI poderiam, como podem até hoje, resultar na suspensão ou cancelamento dos empréstimos e causar danos à reputação do país juntamente aos investidores e outros credores. Tais condições têm comprovadamente causado uma série de efeitos colaterais deletérios aos países, mais notadamente aos nossos planos, em muito restringindo a capacidade dos governos dos países em desenvolvimento de financiar serviços públicos responsivos ao gênero.

Embora o FMI tenha deixado de usar o termo “ajuste estrutural” por volta da virada do milênio, **não houve grandes mudanças na dinâmica de poder existente entre a instituição e os governos e nem nas próprias políticas econômicas**.⁵⁹ Isso não causa surpresa, uma vez que o FMI é administrado por um Conselho Executivo, no qual os países mais ricos detêm a maior parcela de poder, e os EUA, na qualidade de maior “acionista”, têm poder de veto sobre todas as principais decisões do FMI.⁶⁰

Para explicar o quanto as recomendações ou condições impostas pelo FMI mudaram (ou não), examinamos 56 países (todos de baixa renda e um apanhado de países de renda média⁶¹), analisando o que o FMI tinha a dizer acerca das metas de folha salarial do setor público, metas de déficit, metas inflacionárias, questões de gênero, gastos sociais e questões trabalhistas. Foram analisados contratos de empréstimo de quatro países com programas atuais ou outros que terminaram até 2017. Ficou claro que os quesitos em que um país é avaliado – pelo FMI e outros credores e investidores – não se limitam às condições “oficiais”, tais como marcos estruturais ou critérios de desempenho⁶². Dessa forma, **adotamos propositalmente uma abordagem abrangente às condicionalidades do FMI, tratando, de modo uniforme, todas as suas recomendações, inclusive as condições formais impostas aos empréstimos**.

Resumidamente, descobrimos que, assim como ocorreu nas décadas de oitenta e noventa⁶³, **o FMI continua a insistir em que os governos vençam ou evitem as crises da dívida por meio de políticas que restringem suas economias**, impondo graves limites aos gastos públicos, limitando os déficits fiscais e mantendo a inflação baixa, geralmente em torno de 5%. A política ortodoxa do FMI é geralmente conhecida como “neoliberal”, favorecendo ostensivamente os “livres” mercados e comércio, o que termina por assegurar maior liberdade àqueles que partem de uma situação onde possam contar com a maior parte dos recursos, e condenando o resto a uma prisão.

A era dos ajustes fiscais fez com que os gastos dos governos dos países em desenvolvimento caíssem de 19% do PIB em 1981 para 16% em 1998; parecia haver (e ainda parece) a presunção de que esse tipo de queda seria recuperada pelos investimentos privados atraídos pela estabilização econômica e incentivos, como baixa tributação para agentes corporativos e parcerias público-privadas.⁶⁴ Esse não tem sido o caso e, mesmo que tivesse ocorrido, já apontamos as razões para se preferir serviços públicos universais a esquemas voltados ao lucro.

Nossa principal preocupação é que uma instituição singularmente poderosa, como é o caso do FMI, seja controlada pelo sistema financeiro internacional para estabelecer diretrizes para as políticas econômicas dos países em desenvolvimento, trabalhando a partir do imperativo de se manter certos indicadores em uma faixa convencional que este julga “saudável” pela ótica dos sistemas capitalistas neoliberais. Defendemos que os governos devem assumir uma obrigação mais abrangente. Devem evitar as crises financeiras e econômicas, sim, mas adotar como mais alta prioridade a preservação do bem-estar de seus cidadãos e meio ambiente. Em outras palavras, argumentamos que se deve afastar de uma ortodoxia neoliberal em favor de uma perspectiva baseada nos direitos, construindo economias que se importam com as pessoas e o planeta.

O que os países em desenvolvimento precisam é de um investimento significativo em serviços públicos de alta qualidade, universais, acessíveis e responsivos ao gênero. Os trabalhadores do setor público, que são os provedores-chave dos serviços públicos, devem ser em número adequado, bem treinados e remunerados de forma justa. Os gastos em serviços públicos de qualidade, inclusive em seus prestadores, representam um investimento e não uma despesa. As mulheres são as que acabam sendo as mais exploradas quando os serviços públicos não recebem os investimentos necessários, e, conseqüentemente, perdem oportunidades de trabalho decente e têm que suportar a carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Isso, por sua vez, acaba reforçando uma economia injusta e minando o desenvolvimento econômico nacional.

Principais Achados da Nossa Revisão dos Documentos do FMI

A nossa revisão dos documentos do FMI com os países em estudo revelou que a Instituição recomendou a redução dos déficits em 70% dos 27 países de baixa renda com o uso de dados confiáveis, e das taxas de inflação em 75% desses países cujas moedas não estão atreladas ao Euro, além da redução das folhas salariais dos países de baixa renda em 30%, com dados confiáveis, ao passo que exigiu seu congelamento em outros 48% desse grupo de países. Mais de três-quartos dos países de baixa renda são advertidos a não contratar mais trabalhadores para os serviços públicos (nem mesmo para fazer frente ao crescimento populacional).

4.1 Inflação

Com relação à inflação, analisamos a literatura mais recente, que cada vez mais contesta a obsessão do FMI em manter a inflação abaixo dos 5%. Embora ninguém advogue em prol da hiperinflação, há muitas evidências de que as políticas de inflação muito baixa suprimem o crescimento econômico, minando os esforços de aumento do investimento público em escala necessária para se atingir as

metas de desenvolvimento sustentável. Muitos economistas argumentam que a taxa de inflação ideal para os países desenvolvidos deve se situar entre 10% e 20%, e que taxas nesse patamar não produzem impactos negativos⁶⁵.

Em seguida, compilamos os dados em uma tabela que mostra os números mais recentes das taxas de inflação (FMI, outubro de 2019) de 55 países, revelando a direção das recomendações do FMI (de baixa-las, mantê-las estáveis e, em alguns raros casos, elevá-las). Apenas quatro dos 55 países (Sudão, Sudão do Sul, Zimbábue e Argentina) com dados confiáveis se encontram claramente em uma zona de perigo com suas taxas de inflação, mas esses países também enfrentam crises sociais mais abrangentes. Todos os outros países podem ser considerados como tendo inflação moderada ou baixa (com 36 países com taxas abaixo dos 10%). **A despeito do fato de a maioria dos países se encontrarem no que é considerada uma zona segura em termos inflacionários, o FMI recomenda congelar a inflação nos patamares atuais (em 17 países – 31%) ou baixá-la ainda mais (em 26 países – 47%, inclusive a maioria dos países de baixa renda).** [Add INFOGRAPHIC based on table in main report or link to the table in the main report?](#)

Isso reduz o espaço para investimentos públicos no patamar necessário para o atingimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável, já que os países temem que um aumento significativo dos gastos com serviços públicos possa elevar a inflação (e, embora haja um risco pequeno de que isso ocorra, tal risco tende a ser sobrestimado).

4.2 Déficits

Os déficits estão intimamente ligados à dívida, especialmente à dívida externa. São os elevados níveis de endividamento que geralmente obrigam os países a buscarem a ajuda do FMI. Com isso, os níveis de déficit são monitorados de perto, tanto em relação às tendências da dívida quanto para garantir que haverá capital suficiente para quitação do débito conforme os cronogramas de pagamento. O FMI pressiona fortemente os países para reduzirem seus déficits, especialmente aqueles que se encontram seriamente endividados. Porém, ao adotarem uma abordagem de curto prazo – de pagamento das dívidas e redução dos déficits fiscais – os governos, guiados pelo FMI, arriscam eliminar o futuro de longo prazo. Os gastos com serviços básicos, como educação, saúde e saneamento, podem causar déficits crescentes agora, mas, sem esses serviços, as chances de um país crescer e se desenvolver no médio ou longo prazo são severamente comprometidas.

Analisamos as mais recentes recomendações sobre políticas emitidas pelo FMI e detectamos uma trajetória descendente e contínua: **o FMI espera que os 70% dos 27 países de baixa renda com dados confiáveis reduzam seus déficits, e que outros 26% os mantenham nos níveis atuais, a despeito da necessidade de grande aumento dos gastos em serviços públicos de qualidade** em quase a totalidade destes. Apenas um país de baixa renda, o Afeganistão, foi aconselhado a deixar que seu déficit, já próximo de zero, subisse. Alguns países de baixa renda – Chade, Gâmbia, Togo, Malawi, Benim e República Centro-Africana – receberam, inclusive, a previsão de atingirem superávits em 2020, o que se afigura especialmente problemático, dada a distância em que esses países se encontram do cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável. Nove dos países de renda média estudados também receberam recomendações de atingirem superávits.

4.3 Contenção da Folha de Pagamento do Setor Público

Em nenhum outro lugar a escolha do FMI entre os bens públicos e a ortodoxia econômica se torna tão evidente quanto nas suas restrições à folha de pagamento do setor público. **A posição do FMI acerca da folha de pagamento traz sérias consequências à capacidade dos países de investir mais em serviços públicos, cumprir os direitos básicos e atingir as metas de desenvolvimento sustentável.** Os maiores grupos de pessoas que constam na folha de pagamento do setor público são trabalhadores das áreas de educação e saúde – professores, médicos e enfermeiros – e qualquer movimento de expansão dos serviços públicos, por exemplo, de universalização do ensino básico, extensão da atenção à primeira infância ou atenção ao idoso, exigirá a contratação de um número muito maior de pessoas pelos governos. Em muitos países, há também a necessidade urgente de melhoria dos salários e condições de trabalho dos atuais empregados e servidores do setor público.

Após a **campanha da ActionAid e de outras entidades contra o teto dos gastos da folha salarial em 2006-7**, o FMI os reviu, anunciando que “via com bons olhos o declínio da incidência de tais tetos em programas apoiados pelo Fundo, ” e esperava deixar de adotá-los completamente.⁶⁶ Contudo, apesar de os tetos salariais terem se tornado menos comuns, o conselho do FMI, com o fito de limitar déficits e inflação, acabou mantendo o impacto sobre os gastos públicos. Desde então, o FMI tem recuado de maneira mais explícita das recomendações de 2007, mas, hoje, tende a usar o termo “contenção” em vez de “tetos”.

A limitação, congelamento ou corte na folha de pagamento do setor público tem dois impactos diretos: o de reduzir a capacidade do governo de oferecer serviços públicos e o de aumentar as taxas de desemprego. Ambos trazem consequências desproporcionais para as mulheres, que costumam solicitar os serviços deficitários, além de fazerem parte substancial dos trabalhadores sujeitos a dispensas, terceirização ou redução dos benefícios.

Ao revisarmos os documentos de países emitidos pelo FMI, **verificamos que, dos 23 países de baixa renda com informações suficientes para identificação das tendências, apenas cinco deles (22%) tinham expectativa de ver qualquer aumento da folha de pagamento, sete (30%) esperavam ter cortes na folha de pagamento, com onze (48%) que tiveram os gastos da folha efetivamente congelados. Para os países com clara necessidade de expansão dos serviços públicos, é profundamente preocupante a notícia de que quase 80% não terão qualquer aumento no número de trabalhadores do setor público.**

PAÍS	FOLHA DE PAGAMENTO 2019 expresso em % do PIB / FMI condução (↑↓↔)/ mudança do cenário previsto (pct pts)	PAÍS	FOLHA DE PAGAMENTO 2019 / IMF condução (↑↓↔)/ mudança do cenário previsto (pct pts)
Baixa Renda		Renda Média	
Sudão do Sul	2.6 ↑ (+4.8)	Índia	1.1 ↔
Nepal	3.1 ↓ (-1.0)	Sudão	3.5 ↔
Somália	3.2 ↑ (+0.3)	Myanmar	3.9 ↔
Guiné Conacri	3.6 ↔	Guatemala	4 ↔
Uganda	3.9 ↔	Quênia	4.5 ↔
Guiné-Bissau	4.7 ↑ (+0.7)	Filipinas	5 ↔
República Centro-Africana	4.7 ↔	Indonésia	5.5 ↔
Gâmbia	4.8 ↓ (-0.3)	Gana	6.6 ↔
Niger	5.1 ↑ (+0.5)	Camboja	7.5 ↑ (+0.4)
Tanzânia	5.1 ↔	Zâmbia	8.4 ↓ (-0.4)
Comoros	5.5 ↑ (+0.8)	Bolívia	11.7 ↓ (-0.4)
Madagascar	5.7 ↔	UMICs	
Mali	5.8 ↔	Argentina	3.4 ↓ (-0.5)
Ruanda	5.8 ↔	Colômbia	5 ↔
Serra Leoa	6.2 ↓ (-0.9)	Jordânia	5.1 ↔
Benim	6.3 ↔	Ilhas Maurício	6.2 ↔
Chade	6.7 ↓ (-1.3)	Tailândia	6.3 ↔
Togo	6.7 ↔	Jamaica	9.1 ↓ (-0.3)
Malawi	7.4 ↔	Equador	9.4 ↓ (-0.5)
Burquina Faso	9.9 ↓ (-1.5)	África do Sul	11.6 ↔
Libéria	10 ↓ (-1.7)	Brasil	13 ↓ *
Moçambique	11.6 ↓ (-1.5)		
Afganistão	13.1 ↔		

Fonte: Revisão dos documentos dos países do FMI. Todos os números referentes às folhas de pagamento estão expressos em % do PIB; a mudança em pontos percentuais foi antecipada a partir dos dados de 2019.

*Não foi feita qualquer projeção da redução para o Brasil, mas foi recomendado um congelamento nas contratações por 5 anos.

A pressão exercida pelo FMI para conter os gastos com a folha de pagamento deve ser reconhecida pelo que é: uma contradição direta com a aspiração de atingimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável e cumprimento de direitos. O congelamento ou corte na folha salarial do setor público deve ser algo considerado totalmente inaceitável por países com falta de professores, médicos, enfermeiros e outros profissionais que atuam na linha de frente da prestação de serviços públicos.

Observação: Nosso relatório completo delinea algumas outras áreas em que o FMI oferece recomendações em matérias não obrigatórias, como o foco dos programas sociais, com abordagens à desigualdade de gênero e aconselhamento sobre o mercado de trabalho.

4.4 Caminhos para se avançar no relacionamento com o FMI

Os governos nacionais precisam adotar uma abordagem que implique uma negociação genuína com o FMI, tendo os direitos humanos de seus cidadãos e a correção das acentuadas desigualdades sociais como considerações da maior importância. Embora seja tolice tentar formular recomendações para políticas de grande abrangência e que afete a todos, pensamos que os **responsáveis pelas negociações dos governos devem:**

- Resistir à imposição de metas inflacionárias abaixo de 5% e terem confiança na defesa de taxas de inflação que possam se elevar até 20%, contanto que haja boa governança e recursos para atender às necessidades de longo prazo.
- Reconhecer que os gastos deficitários como ferramenta vital; quaisquer sugestões no sentido de que os governos devam reduzir seus déficits abaixo de 3% devem ser questionadas pelos seus impactos sobre o desenvolvimento.
- Insistir no aumento dos gastos com trabalhadores do setor público, assumindo a expansão e melhoria dos serviços públicos como prioridade central.
- Evitar instrumentalizar as mulheres por meio da política econômica.

O próprio FMI também precisa de reformas, conduzir Avaliações de Impacto sobre os Direitos Humanos sob a égide das relações de gênero, ⁶⁷ estabelecendo um mecanismo independente de prestação de contas que contemple as reclamações oriundas das comunidades afetadas⁶⁸ e não impor condições aos tomadores de empréstimos que não o pagamento integral dentro dos limites de tempo acordados.⁶⁹ É chegada a hora de o FMI abordar diretamente a contradição existente na promoção de um modelo econômico que depende do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado das mulheres e que falha em reconhecer a realidade – tratando os cuidados não remunerados dispensados pelas mulheres como uma externalidade ilimitada. Conforme a crise climática deixa claro, não existem recursos ilimitados!

4.5 Como os governos e o FMI deveriam financiar as ações contra a Covid-19

A pandemia do Coronavírus tomou conta do mundo enquanto produzíamos este relatório e o finalizávamos para publicação. A pandemia torna nossas evidências e análise relacionadas ao FMI mais urgentes do que nunca. O subfinanciamento crônico da saúde pública, fornecimento de água, ensino e cuidados à infância deixaram a maioria dos países em desenvolvimento mal equipados para lidar com a pandemia. No que diz respeito ao FMI, recomendamos o seguinte:

- Os governos dos países em desenvolvimento devem suspender todos os pagamentos da dívida a todos os credores (FMI, públicos & privados) pelo menos até 2021, além de fazerem uma renegociação radical do serviço da dívida e garantir que nunca pagarão além dos 12% de suas receitas nacionais. Isso dará aos governos acesso imediato ao dinheiro que já se encontra disponível nos respectivos caixas do Tesouro (mais recomendações seguem na seção relacionada à dívida)
- Os governos dos países em desenvolvimento devem anunciar, multilateralmente, se possível, que deixarão de observar as condições e recomendações para políticas do

FMI nos casos em que estas obstruam sua capacidade de mobilização de recursos para proteger os cidadãos e fornecer uma resposta à pandemia. Isso envolveria de imediato levantar as restrições sobre as folhas de pagamento do setor público, principalmente para o recrutamento de médicos, enfermeiras e outros trabalhadores dos setores de atenção à saúde.

- Os governos dos países em desenvolvimento devem também acolher algumas das recomendações progressistas feitas pelo FMI após o surgimento da Covid-19, incluindo a redução das taxas de juros, subsídios a empresas e indivíduos, “recrutamento extraordinário” para o setor de saúde, extensão do seguro-desemprego, além de transferências de dinheiro para aqueles em situação de vulnerabilidade.
- Os governos dos países em desenvolvimento devem providenciar resgate financeiro às pessoas mais vulneráveis e pequenas/médias empresas (que empregam mais de 80% das pessoas em todo o mundo), em vez de grandes corporações. Todas as companhias que receberem resgate financeiro devem ser obrigadas a garantir direitos trabalhistas, além de abrir mão de bônus, dividendos e recompras de ações.
- Os governos devem tomar medidas urgentes para expandir sua base de arrecadação de tributos de forma justa e progressiva (mais recomendações sobre tributação encontram-se na seção 5.3 abaixo).
- Os governos devem banir a prática de venda a descoberto (apostar em uma cotação de uma ação com preço em queda) e instituir controles de capitais para evitar sua fuga em larga escala.
- O próprio FMI deve com urgência aumentar a liquidez global por meio de uma alocação significativa dos ‘Direitos Especiais de Saque’, conforme foi feito em resposta à crise financeira global. Isso deveria ser feito em uma escala gigantesca – algo em torno dos 3 trilhões de DESs (equivalente a cerca de \$4.1 trilhões), que colocaria, por exemplo, \$250 bilhões à disposição dos bancos centrais africanos.
- É hora de advogar em prol de impostos sobre transações financeiras a fim de reduzir a alta frequência de operações de compra e venda automatizadas, além de captar recursos que podem ser reunidos e compartilhados em nível global.

5. O IMPACTO POTENCIAL DAS REFORMAS TRIBUTÁRIAS PROGRESSIVAS

O aumento da dívida, a perpetuação das políticas de austeridade fiscal e restrições a folha de pagamento do setor público minam a capacidade dos países de financiar serviços públicos responsivos ao gênero. Porém, há uma área em que os países podem fazer avanços significativos para a expansão da receita disponível para investimento em serviços básicos: por meio de iniciativas em justiça tributária. A tributação é amplamente reconhecida como a forma mais confiável, sustentável e democrática de financiar o orçamento estatal e os serviços públicos. Ainda que a ajuda e os empréstimos possam dar um alívio temporário, não constituem soluções sustentáveis (principalmente porque os níveis de ajuda vêm caindo no mundo inteiro⁷⁰ e geralmente vêm acompanhados de condições que impõem novos desafios).

Não há uma resposta que funcione para todos os casos no que concerne à quantidade de recursos que um país deve recolher por meio de seus tributos, mas **a maioria dos países em desenvolvimento deveriam estar mirando no aumento de suas receitas tributárias**. De acordo com as Nações Unidas, são necessários, no mínimo dos mínimos, uma arrecadação tributária à razão de, pelo menos, 20% do PIB para cumprir as Metas de Desenvolvimento Sustentável⁷¹. Atualmente, a relação média entre arrecadação e PIB para os países de baixa renda permanece abaixo dos 17%, e países como Nigéria e Paquistão ainda lutam para fazer com que esta relação entre arrecadação e PIB alcance os dois dígitos⁷² (não surpreende o fato de esses dois países terem mais crianças fora da escola do que qualquer outro país). Isso contrasta com os países de renda média que possuem uma relação entre a arrecadação tributária e o PIB de 25%⁷³, a OCDE, que tem uma média de 34% e os países escandinavos, que tendem a ultrapassar os 40%⁷⁴. Em uma análise recente do financiamento às Metas de Desenvolvimento Sustentável⁷⁵, o FMI sugere que **muitos países poderiam aumentar em 5% a relação tributo/PIB** no médio prazo (em cerca de 5 anos) por meio de uma combinação de política tributária e medidas de administração tributária. Em alguns países, metas ainda mais ambiciosas são realistas. Seguindo essa lógica, é possível que muitos países aumentem sua relação tributo/PIB em 1% por ano, ou 10% ao longo dos próximos dez anos, o que forneceria uma base viável para o financiamento de serviços públicos universais até o prazo final em 2030, estabelecido pelas metas de desenvolvimento sustentável.

5.1 Impostos progressivos

O aumento da receita tributária é fundamental, mas como isso é feito também importa, já que os impostos não são todos iguais. Alguns impostos são regressivos, fazendo recair a carga tributária sobre os que têm menos capacidade de pagar. Um sistema tributário progressivo, em que aqueles com mais recursos contribuem relativamente mais do que aqueles com menos, exige uma combinação bem planejada de impostos bem planejados. Os impostos diretos, como o imposto sobre a renda para pessoas físicas e jurídicas, e vários impostos sobre o patrimônio, tendem a ser progressivos, ao passo que os impostos indiretos, como o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e muitos impostos sobre o consumo, tendem a ser regressivos. Infelizmente, desde a década de oitenta, **os sistemas tributários vêm se tornando menos progressivos no mundo inteiro**⁷⁶, com os países em desenvolvimento tendo,

em média, sistemas menos progressivos e menos redistributivos do que os países da OCDE⁷⁷. Tal estado de coisas se deve, em grande parte, às recomendações para políticas que são o padrão do FMI, que recomendou que os países em desenvolvimento substituíssem a receita perdida com as tarifas (removidas após pressão para liberalizar o comércio) com a receita advinda do IVA (relativamente mais fácil de recolher, porém regressivo)⁷⁸. Infelizmente, as recomendações para política fiscal do FMI no passado não resultaram necessariamente em aumento da receita tributária, mas em uma mudança da composição dos impostos, dos diretos para os indiretos.⁷⁹ As recomendações do FMI em matéria de política fiscal são atualmente mais equilibradas, mas continuam a raramente levar em conta a questão da progressividade.⁸⁰

Embora o preconceito de gênero de maneira explícita tenha se tornado cada vez mais raro nos códigos tributários ao redor do mundo, **os impostos ainda têm um impacto indireto sobre homens e mulheres, e de formas distintas**, devido a padrões distintos em termos de emprego, propriedade e gastos. Geralmente, como as mulheres têm presença maior entre os pobres, os impostos regressivos as afetam de maneira desproporcional. A subutilização e falta de execução das leis tributárias que incidem sobre o patrimônio e renda também carregam em si um preconceito implícito, já que os homens tendem a acumular mais riquezas e a ter empregos formais e salários mais altos.⁸¹

Revisamos a literatura a fim de identificar **os casos de sucesso de países que experimentaram um rápido aumento de suas receitas tributárias**. O Nepal apresentava uma relação tributo/PIB de menos de 10% em 2000, que subiu para 20% em 2017⁸², graças à criação de novos tributos e à modernização da administração tributária.⁸³ A Mongólia aumentou sua relação tributo/PIB de apenas pouco mais de 15% para 26%, em muito graças à melhoria da tributação sobre a atividade extrativa, inclusive com a criação de um importante tributo sobre lucros aleatórios ou inesperados.⁸⁴ A Bolívia aumentou sua relação tributo/PIB em mais de 10% em apenas 3 anos – de apenas 18% em 2003 para 29% em 2006, em larga medida graças a um novo imposto para o setor de hidrocarbonetos.⁸⁵ Em Moçambique, a relação tributo/PIB aumentou de 9% para 23% entre 2002 e 2014, graças às reformas administrativas e uma ênfase na tributação de pessoas jurídicas.⁸⁶ A Geórgia dobrou sua relação tributo/PIB entre 2003 e 2008, elevando-a para 25%⁸⁷ por meio de uma simplificação do código tributário, do combate à corrupção e de investimentos na modernização dos sistemas de administração tributária. O Camboja também teve um forte e contínuo aumento da relação tributo/PIB ao longo dos últimos anos, graças, entre outros fatores, ao investimento na melhoria dos sistemas de conformidade dos maiores contribuintes.⁸⁸

Para elaborar este relatório, a ActionAid também conduziu uma pesquisa original, que contou com a colaboração de especialistas de uma autoridade fiscal africana acerca do potencial de arrecadação fiscal de seis reformas tributárias progressivas no Malawi, Moçambique e Nigéria, que demonstrou haver espaço considerável para um aumento significativo da receita tributária.⁸⁹ As reformas propostas, com foco no imposto sobre a renda de pessoas físicas, no imposto incidente sobre pessoas jurídicas, nos incentivos, no imposto sobre propriedade e sobre o consumo de artigos de luxo redundaram em um aumento da relação tributo/PIB de 1% na Nigéria, 2% em Malawi e incríveis 6% em Moçambique. Os dados dessa pesquisa são consistentes com as estimativas do FMI que sugerem que alíquotas de tributo no topo da cadeia de consumo poderiam gerar uma receita extra de 1.9% do PIB.⁹⁰

Convém ressaltar a transformação que pode advir de **iniciativas sobre os incentivos fiscais**. A despeito dos níveis crescentes de investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento, não houve aumento

dos níveis da tributação sobre pessoas jurídicas.⁹¹ A quantidade de incentivos fiscais (como feriados fiscais e zonas francas para atividades de exportação) ofertadas às empresas nos países em desenvolvimento é realmente surpreendente. O Banco Mundial estima que a simples redução dos incentivos fiscais em países em desenvolvimento poderia aumentar a arrecadação fiscal de 2 a 4% em relação ao PIB, o que representaria mais \$190 bi em receita extra.⁹² A administração tributária do Nepal estima que os incentivos fiscais oferecidos aos investidores podem chegar a 5% do PIB do país,⁹³ ao passo que as estimativas feitas pelo Banco Mundial para o Camboja situavam os incentivos fiscais em 5.7% do PIB em 2015.⁹⁴ A racionalização dos incentivos fiscais e a remoção dos mais danosos, inclusive dos feriados fiscais e incentivos fiscais discricionários, felizmente tem se tornado parte do receituário padrão do FMI.

Impostos sobre a propriedade, riquezas e alíquotas maiores para o imposto sobre a renda (da pessoa física e jurídica) também têm um potencial significativo nos países em desenvolvimento, além de serem considerados fortemente progressivos. Dado o rápido aumento do número de indivíduos extremamente ricos nos países desenvolvidos, a taxa das grandes fortunas torna-se fundamental para um sistema de tributação progressiva.⁹⁵ No entanto, os impostos sobre a propriedade nos países em desenvolvimento tendem a ser subutilizados de forma significativa. A taxa sobre a renda dos ricos é também importante. Dado que uma grande proporção do imposto sobre a renda da pessoa física vem dos 10% mais ricos (30-50% nas economias avançadas), a conformidade às regras tributárias entre os membros desse grupo é absolutamente fundamental para garantir a sustentabilidade das receitas advindas desse imposto.⁹⁶

Os países em desenvolvimento também perdem uma parte significativa de suas receitas devido a questões que exigem uma **iniciativa multilateral**. Enfrentar o problema dos incentivos fiscais fomentado pela guerra fiscal internacional seria algo muito mais simples se os países cooperassem em arranjos regionais, concordando acerca de uma iniciativa coletiva para redução da quantidade dos incentivos ofertados. Estima-se que anualmente \$500 bilhões são perdidos em todo o mundo devido à evasão fiscal, \$200 bilhões dos quais nos países em desenvolvimento.⁹⁷ Sem uma reforma significativa da abordagem internacional à taxa corporativa, será praticamente impossível pôr um fim eficaz ao problema. A cooperação internacional é também fundamental para acabar com o problema dos paraísos fiscais, onde os ricos podem entocar seu dinheiro, fora das vistas das autoridades fiscais. Estima-se que absurdos \$190 bilhões em receita podem ser perdidos todos os anos no mundo devido à evasão fiscal em paraísos fiscais, com cerca de \$70 bilhões dessa fortuna advindos dos países em desenvolvimento.⁹⁸ Isso se soma aos trilhões em capital que não desempenham qualquer função produtiva, que repousam inertes nos paraísos fiscais.⁹⁹

Uma cooperação internacional mais atuante também criaria oportunidades para a adoção conjunta de vários **impostos internacionais progressivos**, um ponto no qual os países têm demonstrado relutância em adotar medidas unilaterais. Embora muitos países vêm adotando algumas formas de impostos incidentes sobre o patrimônio líquido, transações financeiras (FTT) e sobre o carbono, uma abordagem unificada e coletiva poderia fortalecer sua aplicação, limitar as chances de evasão, além de encorajar mais países a se juntarem à iniciativa. No entanto, qualquer imposto de natureza realmente global exigiria, naturalmente, uma instituição global, e uma política voltada para sua instituição, cobrança e execução. Uma proposta de criação de um órgão fiscal das Nações Unidas recebeu um importante apoio político na Conferência Internacional sobre Finanças para o Desenvolvimento, ocorrida em Addis Ababa, em 2015, mas, lamentavelmente, não foi aprovada como medida-chave para o financiamento

das Metas de Desenvolvimento Sustentável devido à oposição por parte dos governos dos países ricos.¹⁰⁰ Contudo, o tópico permanece na lista de pedidos do G77, bem como de um grande número de grupos progressistas políticos não-governamentais.

5.2 O que uma iniciativa sobre tributação poderia significar para os gastos com serviços públicos

Na tabela abaixo¹⁰¹, calculamos o nível de receita extra que poderia ser gerado por um aumento de 5% da relação tributo/PIB até 2023 (em amplo alinhamento com as recomendações do FMI) e o que isso poderia significar em termos de gastos em serviços públicos responsivos ao gênero. É importante observar que esse cálculo não considera os mecanismos para se alcançar o aumento de 5% (por exemplo, quais reformas fiscais seriam necessárias), mas, conforme demonstramos acima, é possível alcançar aumentos consideráveis por meio de reformas tributárias progressivas. A fim de mostrar o que esse novo aumento poderia pagar, identificamos os níveis correntes de gastos nos setores sociais-chave (inclusive educação, água, saneamento e saúde (WASH) e proteção social), áreas em que se demonstrou que o aumento dos investimentos fez uma enorme diferença nas vidas (e nos trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados) das mulheres.

País	Receita extra em 2023 com aumento de 5% (comparada a 2017)	Poderia dobrar os orçamentos dos níveis atuais em todos os setores sociais...	...e ainda ficaria com
Afganistão	\$ 1.5bn	Educação, saúde e proteção social	\$371m
Bangladesh	\$32bn	Educação, saúde e proteção social	\$ 17bn
Benim	\$1.3bn	Educação, saúde, proteção social &WASH	\$556m
Burkina Faso	\$1.8bn	Educação e saúde	\$410m
Rep Centro-Africana	\$172m	Educação, saúde e WASH	\$70m
Colômbia	\$30.8bn	Educação, saúde e proteção social	\$3m
Rep do Congo	\$1.9bn	Educação, saúde e proteção social	\$1m
RDC	\$8.2bn	Educação, saúde, proteção social &WASH	\$6m
Equador	\$6.3bn	Educação	\$963m
Etiópia	\$11.6bn	Educação, saúde e WASH	\$5.89bn
Gâmbia	\$156m	Educação e saúde	\$19.9m
Gana	\$7.8bn	Educação, saúde, proteção social & WASH	\$3bn
Guatemala	\$6.2bn	Educação, saúde e WASH	\$2.7m
Haiti	\$1.8bn		\$1.3m
Jamaica	\$1.2bn	Saúde, proteção social e WASH	\$218m
Jordânia	\$3.2bn	Educação, saúde e WASH	\$2.8m
Quênia	\$10bn	Educação, saúde, proteção social & WASH*	\$3.8m
Lesoto	\$283m	Educação	\$62m
Madagascar	\$1.2bn	Educação, saúde, proteção social & WASH	\$547.4m
Malawi	\$732m	Educação, saúde, e proteção social	\$97.6m
Mali	\$1.8bn	Educação, saúde, proteção social & WASH	\$620m
Moçambique	\$1.3bn	Educação e saúde	\$0
Nepal	\$4.4bn	Educação, saúde, e proteção social	\$2.3bn
Niger	\$979m	Educação, saúde, proteção social & WASH	\$121.6m
Ruanda	\$1.3bn	Educação, saúde, proteção social &WASH	\$697.5m
Senegal	\$7.6bn	Educação, saúde, proteção social & WASH	\$5bn
Serra Leoa	\$380m	Educação, saúde, proteção social & WASH	\$56.2m
África do Sul	\$27.9bn	Educação	\$3.5bn
Tanzânia	\$6.4bn	Educação, saúde, proteção social & WASH	\$3.3m
Togo	\$598mn	Educação, saúde e WASH	\$201.5m
Uganda	\$3.1bn	Educação, saúde, proteção social & WASH	\$1.5bn
Zâmbia	\$6.2bn	Educação, saúde, proteção social &WASH	\$3.7bn
Zimbábue	\$2.4m	Saúde	\$3k

NT: WASH (Water, Sanitation and Health/Água, Saneamento e Saúde)

5.3 Caminhos para se avançar na tributação

Os governos devem estabelecer metas ambiciosas para aumentarem a relação tributo/PIB de maneira progressiva, buscando aumentos de pelo menos 1% ao ano, ou 5% em 5 anos, ou 10% em 10 anos, mirando uma relação tributo/PIB de pelo menos 30% no longo prazo. As prioridades-chave devem ser revisar os regimes de incentivos fiscais e os impostos corporativos (pessoa jurídica), considerar a adoção de impostos sobre a propriedade e fortunas, fortalecer os sistemas tributários e promover a cooperação internacional para os impostos corporativos e reformas mais abrangentes. O investimento nas autoridades fiscais para o implemento eficaz das políticas fiscais e de recolhimento de impostos, especialmente dos indivíduos ricos, é fundamental, uma vez que estas instituições são geralmente desprovidas dos meios necessários para uma atuação eficiente.

A reação à Covid-19 exigirá uma expansão rápida e significativa das receitas dos governos, e pode também exigir que se considere opções até mais radicais em termos de reforma fiscal, tais como:

- **A criação (ou expansão) de um imposto sobre a fortuna com foco nos indivíduos mais ricos, ainda que** de forma temporária ou como um “imposto solidário” único incidente sobre a riqueza patrimonial líquida (a pressão pública no atual contexto pode ajudar a garantir maior conformidade pelos ricos do que em outras épocas).
- **O aumento das alíquotas das maiores faixas do imposto de renda da pessoa física** para os 1% mais ricos (lembrando que após a Segunda Guerra Mundial, as alíquotas máximas que superavam a faixa dos 80% eram normais).
- **A suspensão de todos os incentivos fiscais às pessoas jurídicas** com efeito imediato e a majoração das alíquotas do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, com alíquotas mais elevadas para as empresas mais rentáveis, além de um imposto especial sobre lucros exorbitantes.
- **Redução das alíquotas do IVA e expansão da lista de itens com alíquota zero ou isentos**, de modo que artigos alimentícios e produtos de necessidade básica permaneçam acessíveis às pessoas que vive em situação de pobreza.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os argumentos em prol do aumento maciço de investimentos em serviços públicos responsivos ao gênero são convincentes. É fundamental para que os países em desenvolvimento possam cumprir os compromissos há muito reconhecidos em matéria de direitos das mulheres e direitos humanos. É crucial para o atingimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável e transformador para o enfrentamento da injustiça de gênero relacionada à injusta cota de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado suportado pelas mulheres. Quando os serviços públicos são alvos de cortes ou falta de custeio, há um impacto desproporcional sobre as mulheres, que são as primeiras a perderem acesso aos serviços quando existem cobranças e tarifas. São elas que têm que ir mais longe para buscarem água ou combustível, são também elas que assumem a carga dos trabalhos de cuidados com os filhos, com os enfermos e com os idosos, perdendo, assim, algumas das melhores oportunidades de trabalho decente. Já há muito tempo que ministros de governos e ativistas nas áreas de saúde, educação, cuidados à infância, água, energia, agricultura e transporte vêm competindo entre si, lutando por uma fatia maior de um bolo pequeno ao invés de unirem forças para exigir um bolo maior, do qual todos se beneficiariam.

Em muitos países, os serviços públicos vêm sofrendo da falta crônica de financiamento desde o início dos programas de ajustes estruturais do FMI na década de oitenta. A despeito da retórica cada vez mais presente nos documentos voltados à elaboração de políticas e artigos de pesquisa do FMI, houve pouca mudança nas condições que o Fundo impõe aos empréstimos e nas suas recomendações para políticas em âmbito nacional. As metas de inflação e déficits baixos obrigam os países a conter o gasto global, e a obsessão do Fundo com relação à contenção da folha de pagamento do setor público tem impacto direto na capacidade dos países de investir em serviços públicos. A nova crise da dívida ameaça retirar ainda mais recursos urgentemente necessários para a expansão dos serviços públicos. As políticas fiscais seguidas pela maioria dos países carecem da ambição necessária, além de dependerem demasiado de uma tributação regressiva que prejudica as mulheres.

Há alternativas. É chegada a hora de os governos dos países em desenvolvimento resistirem aos piores excessos das recomendações do FMI e comecem a ouvir seus próprios cidadãos. Os países podem encontrar um espaço fiscal maior do que o permitido pelo atual fundamentalismo econômico. Em vez de se concentrarem apenas nas medidas restritivas de aumento do PIB, o avanço em termos de cumprimento de direitos e enfrentamento da discriminação de gênero e outros sistemas de opressão devem ser vistos como medidas-chave para o alcance de uma economia bem-sucedida. É possível empreender uma mudança radical no custeio dos serviços públicos por meio de iniciativas voltadas à dívida, austeridade e tributação.

A falta de ação deixará as mulheres catando migalhas, perpetuando a injustiça invisível que envolve o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados. Pelos nossos cálculos, **as recomendações feitas neste relatório poderiam reduzir a quantidade de horas que as mulheres gastam em trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados no mundo inteiro em 9 bilhões de horas por dia até 2030.**¹⁰² Essa mudança dramática resulta do impacto da duplicação dos gastos com educação, atenção à infância, saúde, fornecimento de água potável, proteção social, além de outros serviços, como fornecimento de energia e extensão agrícola. Isso reduziria pelo menos à metade o tempo gasto pelas

mulheres em cuidados com os filhos e enfermos, além do tempo gasto em buscar água e combustível, que constituem a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

Nosso relatório traz uma série de conclusões das quais retiramos recomendações para o futuro:

CONCLUSÃO 1: Com base em um estudo abrangente de 56 países (todos de baixa renda, além de uma amostra dos países de renda média), descobrimos que, na prática, em âmbito nacional, **as condições e recomendações do FMI** permanecem em grande medida inalteradas desde os maus velhos tempos. Embora apenas 8% dos países pesquisados convivam com níveis problemáticos de inflação, quase 80% dos países são aconselhados a congelar ou reduzir as taxas de inflação.... Embora a maioria dos países estudados tenham déficits modestos, o FMI espera que 70% deles reduzam ainda mais o déficit, e que outros 26% os mantenham nos patamares atuais, o que bloqueia sua capacidade de aumentar os gastos em serviços públicos de qualidade.

RECOMENDAÇÃO: Os governos devem **adotar políticas expansionistas macro-econômicas** e investimentos anticíclicos em serviços públicos responsivos ao gênero, além de resistir ao culto de austeridade de FMI e às amplas restrições aos gastos públicos. As taxas de inflação acima dos 20% não devem ser automaticamente consideradas problemáticas, e os níveis de déficit abaixo de 3% devem ser considerados modestos e aceitáveis para os países que precisam fazer investimentos transformadores em serviços públicos a fim de alcançarem as Metas de Desenvolvimento Sustentável ou produzirem uma resposta abrangente à Covid-19.

CONCLUSÃO 2: Após recuar no uso de limites máximos para a folha salarial do setor público em 2007, o FMI agora encoraja de forma coercitiva a “contenção” dos gastos com a folha salarial do setor público. O FMI prevê um congelamento ou corte nos gastos com a folha salarial do setor público em quase 80% dos países pesquisados. Mesmo quando estas não constituem condições absolutas, ou quando existem isenções em alguns setores, na prática, tal medida impede os países de contratarem mais professores, médicos, enfermeiros e outros trabalhadores do setor público. Em tempos de recessão, os trabalhadores do setor público (particularmente os das profissões mais voltadas à atenção e cuidados, que tendem a ser mulheres) são os primeiros a sofrer com perda de emprego ou piora dos salários e condições de vida e trabalho.

RECOMENDAÇÃO: Os governos devem investir mais na contratação de servidores públicos civis, não militares – **e resistir à contenção da folha de pagamento do setor público** defendida pelo FMI. Os governos devem reconhecer que os trabalhadores do setor público (muitos dos quais são mulheres) fazem parte dos gastos essenciais, e suas condições de trabalho necessitam de proteção e melhorias, da mesma forma que os investimentos de capital em tempos de recessão. Para reagirmos à Covid-19 é urgente um aumento maciço na contratação de enfermeiros, médicos e prestadores de cuidados, e tal medida depende da retirada das restrições às folhas de pagamento do setor público.

CONCLUSÃO 3: Os países necessitam desesperadamente de uma expansão das receitas fiscais para financiar seu desenvolvimento, mas a maior parte das recomendações do FMI continua a se concentrar na tributação regressiva, e não nas muitas alternativas progressivas disponíveis. Muitos países expandiram de forma acelerada sua base de arrecadação com tributos no passado, e os dados que coletamos demonstram que isso pode ser alcançado de maneira progressiva e responsiva ao gênero.

RECOMENDAÇÃO: Os governos devem **estabelecer metas ambiciosas para aumentar a relação tributo/PIB de maneira progressiva**, mirando em um aumento de 5% nos próximos anos e de 10% até 2030. Deve haver um foco maior na arrecadação tributária que se dê de maneira progressiva e responsiva ao gênero, incluindo o fim dos incentivos prejudiciais, além de se promover e cobrar impostos corporativos justos, bem como o imposto sobre a renda, capital, propriedade e fortunas. Como os líderes mundiais estão em guerra contra a Covid-19, vale a pena lembrar que nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, as alíquotas de impostos para os que recebiam mais geralmente ultrapassavam os 80% e, por vezes, até os 90%.

CONCLUSÃO 4: Uma nova crise da dívida se avizinha no horizonte, sendo provável que nos próximos anos o serviço da dívida sofra um aumento significativo em muitos países em desenvolvimento. Grande parte da dívida que se acumulou nos últimos anos advém de empréstimos tomados da China e de bancos privados, mas estes são raramente negociados com total transparência perante o parlamento nacional e os cidadãos. Essa dívida leva novamente os países a dependerem do FMI, o que, por sua vez, conduz a uma austeridade opressiva. Os elevados pagamentos do serviço da dívida (mais de 12% dos orçamentos nacionais) estão diretamente ligados à diminuição dos gastos com serviços públicos.

RECOMENDAÇÃO: Os governos devem **suspender imediatamente os pagamentos da dívida** a fim de financiarem as respostas locais à Covid-19, além de **renegociar o serviço da dívida no futuro** para que este não exceda a 12% dos orçamentos nacionais. Os governos devem também exercer pressão em prol de mecanismos independentes de renegociação da dívida e garantir que todos os novos empréstimos sejam negociados com total transparência para o parlamento nacional, imprensa e cidadãos.

CONCLUSÃO 5: A obsessão em medir o PIB torna invisível o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado feito por mulheres. Apesar dos múltiplos desafios colocados por grupos que militam em prol dos direitos das mulheres e da justiça climática, o FMI e a economia no seu conjunto não se afastaram disso na prática.

RECOMENDAÇÃO: Todos os governos devem levar em conta os avanços em matéria de direitos humanos e Metas de Desenvolvimento Sustentável, inclusive o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, nas mensurações econômicas e metas nacionais. O foco no futuro deve recair sobre **a construção de economias que cuidem tanto das pessoas quanto do planeta**. É tempo de explorar ideias econômicas alternativas e de quebrar a dependência da visão de mundo limitada do FMI. A Covid-19 é uma oportunidade para uma redefinição global, com uma profunda reavaliação dos investimentos na saúde pública, na educação e na prestação de cuidados às pessoas mais vulneráveis da sociedade.

CONCLUSÃO 6: O crônico subfinanciamento dos serviços públicos por duas gerações conduziu a deficiências na qualidade da sua prestação, causando desalento e abrindo as portas à privatização dos serviços, excluindo, dessa forma, os menos favorecidos, alimentando as desigualdades e aumentando a carga de trabalho transferida às mulheres. Muitos doadores hoje contribuem para as parcerias público-privadas ou a privatização dos serviços públicos.

RECOMENDAÇÃO: Os governos devem concentrar esforços na **reconstrução do contrato social em torno dos serviços públicos e na resistência à pressão ideológica em prol das privatizações** e das PPPs. Os governos devem recuperar a soberania democrática das decisões sociais e econômicas

fundamentais e colocar seus cidadãos em primeiro lugar. Devem recusar empréstimos ou subvenções de qualquer fonte que contribuam para a privatização dos serviços públicos. Pelo contrário, devem trabalhar em prol de uma visão renovada dos serviços públicos sensíveis às questões de gênero e que primem pela transparência, conformidade e prestação de contas. Respostas eficazes à Covid-19 têm sido dadas graças a uma forte atuação do Estado com robustos investimentos públicos, tendo alguns países renacionalizado a saúde, o transporte e outros serviços. Essas medidas devem representar uma virada global, com a valorização das iniciativas coletivas e dos serviços públicos em detrimento do interesse próprio e do lucro privado.

CONCLUSÃO 7: É possível empreender uma mudança radical no financiamento de serviços públicos sensíveis às questões de gênero por meio de iniciativas em matéria de tributação, dívida e austeridade. Na maioria dos países, é possível mais do que duplicar o atual nível de gastos governamentais em serviços públicos. Isso teria um impacto transformador no trabalho doméstico e de cuidados não remunerados feito por mulheres, levando a uma redistribuição estrutural e não apenas simbólica.

RECOMENDAÇÃO: Os países devem fazer investimentos estratégicos e contínuos em serviços públicos responsivos ao gênero. Precisam resistir às condições e à ideologia de austeridade hegemônica do FMI. Os cidadãos precisam se unir para exigir tais medidas, numa conjugação de esforços de ativistas dos direitos das mulheres, ativistas em prol da educação, saúde e acesso à água, sindicatos dos serviços públicos, movimentos de justiça tributária, etc. É hora de defender o setor público como um todo e não permitir que um serviço entre em competição com outro. É tempo de construir economias e sociedades que cuidem das pessoas e do planeta. Chegou a hora de mostrar quem cuida!

Notas finais

- 1 <http://theconversation.com/womens-unpaid-work-must-be-included-in-gdp-calculations-lessons-from-history-98110>
- 2 Bayas, B. Care Debt – Patriarchy and Capital on the Offensive – Feminist Economics as a Solution. 2017.
- 3 ILO. Care Work and Care Jobs, 2019. <https://www.ilo.org/global/topics/care-economy/care-for-fow/lang--en/index.htm>
- 4 <https://news.un.org/en/story/2013/10/453702-womens-unpaid-work-home-major-human-rights-issue-says-un-expert>
- 5 https://www.ilo.org/asia/media-centre/news/WCMS_633284/lang--en/index.htm
- 6 Ibid, pág. 19 and pág. 31.
- 7 ILO. A quantum leap for gender equality,. 2019. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_674831.pdf ActionAid, Not Ready, Still Waiting. 2016:
- 8 https://www.ilo.org/asia/media-centre/news/WCMS_633284/lang--en/index.htm
- 9 Vide Diane Elson para um breve resumo do quadro dos 3 Rs, 2017: <https://newlaborforum.cuny.edu/2017/03/03/recognize-reduce-redistribute-unpaid-care-work-how-to-close-the-gender-gap/>
- 10 <https://legal.un.org/avl/ha/icescr/icescr.html>
- 11 The ILO definition of decent work is an important reference point <https://www.ilo.org/global/topics/decent-work/lang--en/index.htm>
- 12 <https://www.girlsnotbrides.org/themes/education/>
- 13 <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/mar/10/school-closures-coronavirus-care>
- 14 WIEGO / ILO: <https://www.wiego.org/blog/three-new-ways-looking-urgent-need-quality-childcare>
- 15 UNESCO. Global Education Monitoring (GEM) report. 2016. Pág. 428. <https://en.unesco.org/gem-report/report/2016/education-people-and-planet-creating-sustainable-futures-all>
- 16 <https://www.sdg4education2030.org/new-education-data-sdg4-focus-out-school-children-27-september-2018>
- 17 Ibid.
- 18 <https://data.worldbank.org/indicator/SE.PRM.PRIV.ZS>
- 19 <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1042214.pdf>
- 20 UNSECO. Incheon Framework for Action. 2015.
- 21 Center for Universal Education at Brookings. The Standardized Early Childhood Development Costing Tool (SECT). 2017.
- 22 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Educação 2018. 2018.
- 23 Esses dados se referem ao distrito de Sacomã, onde se situa a favela de Heliópolis.
- 24 [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(15\)60497-4/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(15)60497-4/fulltext)
- 25 Brunwijck, op cit. Page 19.
- 26 <https://www.who.int/sdg/targets/en/>
- 27 <https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X%2818%2930316-4/fulltext>
- 28 <https://data.worldbank.org/indicator/SH.DTH.COMM.ZS>
- 29 <https://www.who.int/gho/child-malnutrition/en/>
- 30 <https://www.infoplease.com/world/health-and-social-statistics/physicians-100000-people-country>
- 31 <https://beijing20.unwomen.org/en/in-focus/health>
- 32 Add link to AA Nigeria report – not yet uploaded on website
- 33 Ibid.
- 34 WHO. Spending targets for health: no magic number. 2016. Pages 4 and 5. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/250048/WHO-HIS-HGF-HFWorkingPaper-16.1-eng.pdf;jsessionid=3E36E-96B13A0EF9A93527B72FC87FCA6?sequence=1>
- 35 WHO. Public Spending on Health: A Closer Look At Global Trends. 2018. Table 2.1, page 17.
- 36 <https://views-voices.oxfam.org.uk/2018/03/access-water-care-work/>
- 37 <https://www.un.org/sustainabledevelopment/water-and-sanitation/>
- 38 Ibid.
- 39 <https://www.undp.org/content/undp/en/home/sustainable-development-goals/goal-6-clean-water-and-sanitation.html>
- 40 <http://www.water-alternatives.org/index.php/alldoc/articles/vol12/v12issue3/528-a12-2-11/file>
- 41 UN Water and WHO. Global Analysis and Assessment of Sanitation and Drinking Water. 2017.
- 42 Ibid, page 16.
- 43 WaterAid. What at What Cost? The State of the World's Water. 2016. <https://washmatters.wateraid.org/sites/g/files/jkx-oof256/files/Water%20%20At%20What%20Cost%20%20The%20State%20of%20the%20Worlds%20Water%202016.pdf>
- 44 <https://www.unwater.org/water-facts/financing/>
- 45 “Segundo o Relatório do Barômetro das Privatizações (PB) 2013-2014, o total de privatizações globais excedeu aos US\$1.1

- trilhão de janeiro de 2009 a novembro de 2014, inclusive os US\$544 bilhões em desinvestimentos entre janeiro de 2012 e novembro de 2014. Isso supera qualquer período comparado entre o início dos programas de privatizações no RU no final da década de setenta” https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08977ed915d3cfd000264/Topic_Guide_Privatisation_Nov.pdf
- 46 <https://www.world-psi.org/en/advancing-womens-human-rights-through-gender-responsive-public-services>
- 47 <https://actionaid.org/publications/2018/framework-2018-gender-responsive-public-services>
- 48 UNCTAD. Debt Warning Lights Flash for Poorest Countries, Experts Say. 3 May 2018. http://unctad.org/en/pages/news-details.aspx?OriginalVersionID=1742&utm_source=CIO+-+General+public&utm_campaign=9183a3c561-UNCTAD+C-SO+Newsletter+16+November&utm_medium=email&utm_term=0_3d334fa428-9183a3c561-70457153
- 49 Campanha do Jubileu da Dívida. Observe que seguimos a prática adotada pela CJD de determinar os pagamentos da dívida por meio de números externos ao serviço da dívida e ao serviço dos juros domésticos, que, diferentemente dos valores principais da dívida doméstica, não podem ser facilmente refinanciados.
- 50 CJD. Aumento dos pagamentos das dívidas de países em desenvolvimento em 60% ao longo de três anos. Março, 2018. e CJD. Aprofundamento da crise, à medida que os pagamentos globais dos países do Hemisfério Sul aumentam em 85%. Abril de 2019. <https://jubileedebt.org.uk/press-release/crisis-deepens-as-global-south-debt-payments-increase-by-85>
- 51 Jubilee Germany/Erlassjahr. Global Sovereign Debt Monitor. 2019. Pág. 4. <https://erlassjahr.de/wordpress/wp-content/uploads/2019/05/Global-Sovereign-Debt-Monitor-2019.pdf>.
- 52 Cálculos da Campanha do Jubileu da Dívida baseados em <https://www.imf.org/~media/Files/Publications/PP/2017/pp082217lic-dsf.ashx> Page 43.
- 53 Ibid
- 54 Os salários médios pagos a enfermeiras foram tirados daqui: <http://www.salaryexplorer.com/salary-survey.php?loc=18&loctype=1&job=11189&jobtype=3> e, em seguida, convertidos em dólares americanos em preços correntes (US\$7,519). Para os médicos, tomamos como referência 25% dos salários mais baixos em contraste aos altos salários dos médicos que atuam na rede não primária de atendimento à saúde em Bangladesh (ex., médicos que trabalham em postos de saúde da rede de atenção básica em áreas rurais empobrecidas, o montante encontrado foi de US\$12,644). Vide: <http://www.salaryexplorer.com/salary-survey.php?loc=18&loctype=1&job=13&jobtype=2> Em seguida, simplesmente, dividimos esse número pelos 15% do montante de US 5.5 billion (i.e. US\$825,000,000)
- 55 Existem cerca de 38,054 professores da rede primária de ensino e 58,291 professores do ensino médio.
- 56 Tomamos como base a escala de remunerações e analisamos o quanto um professor primário ou do ensino secundário de nível C na parte superior da escala receberia de acordo com essa estimativa (Sh74,280 por mês); como partimos da parte mais alta da faixa salarial, esses números estão provavelmente subestimados.
- 57 Sitefane, G et al, Climate disaster fund needed to stop countries being pushed further into poverty, Thompson Reuters, 2019.
- 58 Eurodad. Responsible Finance Charter. 2011. https://eurodad.org/uploadedfiles/whats_new/reports/charter_final_23-11.pdf
- 59 Bohoslavsky, J P. Responsibility for complicity of international financial institutions in human rights violations in the context of retrogressive economic reforms. 2019 <https://undocs.org/A/74/178> §19
- 60 The U.S. currently holds 16.52% of the votes; major policy decisions require an 85% super-majority to be adopted; see <https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx#1>.
- 61 Consultar listagem no apêndice XX
- 62 Brunwijck, G. Unhealthy Conditions: IMF Loan Conditionality and its Impact on Health Spending. Eurodad, 2018. Página 3. <https://eurodad.org/entries/search?words=unhealthy+conditions>
- 63 Chowdhury, A. “Fiscal Policy for Inclusive Sustainable Development: The Role of Public Expenditure and Progressive Taxation,” in Chowdhury & Vladimir Popov, eds., *Macroeconomic Policies in Countries of the Global South*, Nova Science Publishers, New York, 2019. Página 47.
- 64 Ibid
- 65 Roy and Ramos. Pág. 16.
- 66 IMF. Public Information Notice #07/83: IMF Executive Board Discusses Operational Implications of Aid Inflows for IMF Advice and Program Design in Low-Income Countries. 2007. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/pn0783>.
- 67 Ibid.
- 68 Bradlow, D. An IMF that works for Africa. 2019.
- 69 Brunwijck, G. Unhealthy Conditions: IMF Loan Conditionality and its Impact on Health Spending. Eurodad, 2018. <https://eurodad.org/entries/search?words=unhealthy+conditions>
- 70 <https://www.oecd.org/newsroom/development-aid-drops-in-2018-especially-to-neediest-countries.htm>
- 71 UNDP. What Will It Take to Achieve the Millennium Development Goals? An International Assessment. 2010.
- 72 ICTD/UNU-WIDER Government Revenue Dataset
- 73 ICTD/UNU-WIDER Government Revenue Dataset
- 74 E.g. <http://hdr.undp.org/en/composite/IHDI>, <http://www.oecdbetterlifeindex.org/#111111111111>
- 75 Gaspar, G et al. IMF STAFF DISCUSSION NOTE, Fiscal Policy and Development: Human, Social, and Physical

Investment for the SDGs, 2019.

76 Fiscal Monitor. *Taxing Times*. October 2013.

77 Prichard, W. *What Might an Agenda for Equitable Taxation Look Like? Summary Brief No. 16*. International Centre for Tax and Development, Brighton, 2018.

78 <https://www.brettonwoodsproject.org/2017/04/imf-gender-equality/>

79 Reinsberg, B. et al. *Do IMF Programs Help Raise Tax Revenue? Unpublished paper. Pages 2 and 3*. https://www.peio.me/wp-content/uploads/2018/01/PEIO11_paper_38.pdf

80 http://www.new-rules.org/storage/documents/IMF_Tax_Advice_to_Developing_Countries_Oxfam_Discussion_Paper_SEP2017_Final.pdf

81 ActionAid. *Making tax work for women's rights*. London, 2016.

82 Todos os números referentes à receita fiscal dessa seção foram tirados de ICTD/UNU-WIDER Government Revenue Dataset, 2017.

83 www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1865/Nepal_DRM_case_study_briefing_note_FINAL.pdf

84 <http://www.unrisd.org/flagship2016-chapter6>

85 <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2007/cr07249.pdf>

86 <http://documents.worldbank.org/curated/en/677921468275102771/pdf/911530ESWOP1300385389B00PUBLIC00ACS.pdf>

87 ICTD/UNU-WIDER Government Revenue Dataset, 2017.

88 <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2018/03/akitoby.htm>

89 Vide anexo X para obter mais informações sobre essa pesquisa.

90 IMF. *Taxing Times*, October 2013. *Fiscal Monitor*, 2013.

91 https://www.actionaid.org.uk/sites/default/files/publications/levelling_up_final.pdf p.9

92 Shukla, P et al. *Strengthening Domestic*

Resource Mobilization: Moving from Theory to Practice in Low- and Middle-Income Countries. 2017.

93 https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1865/Nepal_DRM_case_study_briefing_note_FINAL.pdf

94 Mills, L. *K4D Helpdesk Report*. 2017.

95 <https://content.knightfrank.com/research/83/documents/en/the-wealth-report-2017-4482.pdf>

96 IMF. *Current Challenges in Revenue Mobilization: Improving Tax Compliance*. 2015.

97 Tax Justice Network figures. <https://www.taxjustice.net/wp-content/uploads/2017/11/Tax-dodging-the-scale-of-the-problem-TJN-Briefing.pdf>

98 <http://www.cadtm.org/Why-tax-havens-must-go>

99 Zucman, G. *The Hidden Wealth of Nations* University of Chicago Press, 2015. <http://digamo.free.fr/zucman152.pdf>

100 https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf

101 **Para obter mais detalhes sobre as fontes dos dados e limites dessa tabela, consulte a versão integral do relatório**

102 Este relatório baseia-se em dados de 64 países que representam dois terços da população mundial em idade ativa e que mostram que 16,4 bilhões de horas por dia são gastas em cuidados não remunerados (ver nota final 2). Se a isso acrescentarmos um terço, obtemos um número global de aproximadamente 24 bilhões de horas por dia em cuidados e trabalho doméstico não remunerados. Os principais elementos da carga de trabalho referidos pelo relatório UNSR de Magdalen Sepulveda são: trabalho doméstico (preparação de refeições, limpeza, lavagem de roupa, busca de água e combustível) e cuidados diretos a pessoas (incluindo crianças, idosos e pessoas com deficiência, bem como adultos capazes). A Tabela 11 mostra que, ao tomar medidas para aumentar progressivamente os impostos, por si só, muitos países poderiam dobrar em 3-5 anos seus gastos com saúde, a educação (inclusive atenção à primeira infância e educação infantil), a água e por vezes também com a proteção social ou outros serviços (por exemplo, energia - uma das grandes medidas para reduzir o tempo gasto na recolha de combustível). Outras iniciativas para suspender ou reescalonar a dívida (ver quadro 4) poderiam também aumentar drasticamente as despesas com os serviços públicos, do mesmo modo que as ações para pôr termo à austeridade e levantar o limite de gastos salariais do setor público poderiam libertar mais recursos. A combinação dessas ações poderia, até 2030, transformar a base de financiamento de todos os serviços públicos em todos os países em desenvolvimento (por vezes até quadruplicar os recursos disponíveis). O impacto desta medida deve reduzir à metade o tempo gasto em cuidados com os filhos, aos doentes e idosos em casa - e a melhoria da infraestrutura de abastecimento de água e energia reduziria em mais de metade o tempo gasto na recolha de água e combustível. Numa estimativa conservadora, isso significaria uma economia de 12 bilhões de horas por dia (tanto para mulheres como para homens). Dado que atualmente as mulheres realizam aproximadamente três quartos das atividades de cuidados e trabalho doméstico não remunerados, poupariam 9 bilhões de horas por dia.

